

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ
SPE S.A.

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
Mairiporã - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações relevantes com partes relacionadas, em condições específicas. Nossas conclusões não estão ressalvadas em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

Vac Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Valores apresentados em reais

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	185.430	448.012	Fornecedores	9	18.825	179.986
Contas a receber	5	1.977.708	481.386	Obrigações sociais e trabalhistas	10	69.585	65.688
Despesas antecipadas		45.971	52.028	Obrigações tributárias	11	93.185	371
Impostos a recuperar		57.578	24.274	Outras contas a pagar		23.048	-
Outras contas a receber		13.712	803	Partes relacionadas	6	132.563	4.777.692
Partes Relacionadas	6	1.553.008	1.553.008	Total do passivo circulante		337.206	5.023.737
Total do ativo circulante		3.833.407	2.559.511				
Imobilizado	7	823.187	5.060.984	Partes relacionadas	6	5.372.948	-
Intangível	8	7.779.498	2.015.948	Tributos diferidos	12	328.513	79.849
Total do ativo não circulante		8.602.685	7.076.932	Total do passivo não circulante		5.701.461	79.849
				Patrimonio Líquido	14		
				Capital social		4.110.000	4.110.000
				Prejuízos acumulados		2.287.425	422.857
				Total do patrimônio líquido		6.397.425	4.532.857
Total do ativo		12.436.092	9.636.443	Total do passivo e patrimônio líquido		12.436.092	9.636.443

As Notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
 Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Valores apresentados em reais

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	4.892.234	477.665
(-) Custo dos serviços prestados	16	(2.213.735)	(8.368)
(=) Resultado Operacional Bruto		2.678.499	469.297
(+/-) Receitas (despesas) operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	17	(266.669)	(499)
(=) Lucro antes do resultado financeiro		2.411.830	468.798
Receitas financeiras	18	11.536	13.377
Despesas financeira	18	(26.583)	(4.907)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.396.783	477.268
Imposto de renda	19	(384.319)	(39.479)
Contribuição social	19	(147.896)	(14.932)
(=) Lucro líquido do exercício		1.864.568	422.857
Lucro por ação		0,45	0,10

As Notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Valores apresentados em reais

	2025	2024
Resultado do exercício	1.864.568	422.857
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Resultados abrangentes totais	<u>1.864.568</u>	<u>422.857</u>

As Notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido em
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Valores apresentados em reais

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Legal	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	21.143	(21.143)	-
Integralização de Capital	4.110.000	-	-	-	4.110.000
Transferência para reserva de Lucros	-	401.714	-	(401.714)	-
Lucro do exercício	-	-	-	422.857	422.857
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.110.000	401.714	21.143	-	4.532.857
Reserva legal	-	-	93.228	(93.228)	-
Transferência para reserva de Lucros	-	1.771.340	-	(1.771.340)	-
Lucro do exercício	-	-	-	1.864.568	1.864.568
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.110.000	2.173.054	114.371	-	6.397.425

As Notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA BRILHA MAIRIPORÃ SPE S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa em
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Valores apresentados em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.864.568	422.857
Ajustes que não representam entrada e saída de caixa		
Movimentação ativos / passivos não circulantes		
Depreciação e amortização	674.282	8.867
Baixa de ativos imobilizado e investimentos	4.473	-
Tributos diferidos	248.664	79.849
	2.791.987	511.573
Contas a receber	(1.496.322)	(481.386)
Outros créditos	(12.911)	(803)
Despesas antecipadas	6.058	(52.028)
Impostos a recuperar	(33.304)	(24.274)
Fornecedores	(161.161)	179.986
Obrigações sociais e trabalhistas	3.898	65.688
Outras contas a pagar	23.048	-
Obrigações tributárias	92.814	371
Caixa líquido das atividades operacionais	1.214.107	199.127
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Venda (aquisição) líquida de ativo imobilizado e intangível	(2.204.508)	(7.085.799)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.204.508)	(7.085.799)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação (pagamento) de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	727.819	3.224.684
Integralização de capital	-	4.110.000
Caixa líquido das atividades de financiamentos	727.819	7.334.684
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(262.582)	448.012
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	448.012	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	185.430	448.012
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(262.582)	448.012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Brilha Mairiporã SPE S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída na forma de Sociedade por Ações, com sede na Rua Brasil, nº 52, sala 03, 1º andar, Centro, Mairiporã - SP. Atualmente, o objeto social específico da companhia consiste a execução das obras, serviços e fornecimentos, na modalidade de concessão administrativa, previstos no Edital de Concorrência nº 007/2023 / processo n.º 2.030/2023, expedido pela Prefeitura Municipal de Mairiporã, Estado de São Paulo, especificamente visando a manutenção, modernização, ampliação e eficientização da rede de iluminação viária pública dos logradouros urbanos do município de Mairiporã/SP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Resolução 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Empresa em 17 de abril de 2026.

b) Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício são: (i) Provisão créditos de liquidação duvidosa em clientes; (ii) depreciação e vida útil do ativo imobilizado; (iii) Provisão para contingências.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras são:

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

(ii) Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

c. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são decorrentes da prestação de serviços de acordo com o Contrato de Concessão no decurso normal das atividades da Companhia. A Companhia registra e mantém no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento.

Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são reconhecidos os montantes integrais dos débitos em atraso.

d. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, sendo realizadas, quando necessário, provisões para obsolescência ou desvalorização.

e. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado ou o prazo do contrato, dentre eles o menor, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para cada classe de bens são as seguintes:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Ferramentas	5 anos
Veículos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

f. Intangível

i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial “pro rata die”, a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no regime do lucro presumido.

i. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando os recursos advêm de eventos passados, e que a Companhia e suas controladas tenham controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em seu favor e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como custo ou despesa com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser mensurada de maneira confiável.

A Companhia não concede benefícios de longo prazo, tais como: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iv) remuneração baseada em ações.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

l. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é apresentada líquida de devoluções e descontos comerciais.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da venda, mas na maioria dos casos ocorre no momento da entrega da mercadoria aos clientes da Companhia.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a administração espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas Demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	185.430	448.012
	<u>185.430</u>	<u>448.012</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Duplicatas a receber	517.604	291.076
Medições a faturar	1.460.104	190.310
	<u>1.977.708</u>	<u>481.386</u>

Por considerar baixa a exposição a perdas, a Administração da Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025.

A Administração entende que o seu saldo de contas a receber de clientes possui um rápido giro médio, motivo pelo qual não determina e, conseqüentemente, não registra o ajuste a valor presente deste ativo financeiro.

a. Medições a faturar

As medições a faturar se referem a serviços prestados mensalmente. As medições são submetidas a aprovação e após essa aprovação são emitidas as notas fiscais no mês subsequente, porém a receita é contabilizada com base na medição efetuada no mês de sua ocorrência, assim o reconhecimento da receita se dá de acordo com princípio da competência.

b. Duplicatas a receber

Refere-se as notas fiscais emitidas com base nas medições aprovadas por cada cliente conforme aging list a seguir:

	2025	2024
A vencer:	375.753	291.076
Subtotal	<u>375.753</u>	<u>291.076</u>
Vencidos:		
De 01 a 90 dias	141.851	-
Total	<u>517.604</u>	<u>291.076</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Conta corrente investidora Ilumitech	1.553.008	1.553.008
Total das Transações do Ativo	<u>1.553.008</u>	<u>1.553.008</u>

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Conta corrente com empresas coligadas (i)	132.562	4.777.692
Passivo Não Circulante		
Conta corrente com empresas coligadas (i)	5.372.948	-
Total das Transações do Passivo	<u>5.505.511</u>	<u>4.777.692</u>

- i) Refere-se a AFAC efetuado pela Ilumitech para início e continuidade da operação, todavia, pelo fato de não ter sido integralizado.

Custos de gerenciamento e Administração

Mensalmente a Companhia remunera a empresa do Ilumitech pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 3% a 4% sobre a receita líquida. Os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2025 no valor de (R\$111.142) e (2024 R\$9.029), encontram-se registrados na rubrica Serviços Prestados Terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Conforme o acordo entre os sócios, as remunerações aos dirigentes e administradores da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidos pela Companhia.

7. IMOBILIZADO

	Custo do bem	Depreciação/Exaustão acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado em andamento	801.889	-	801.889	5.031.235
Computadores e periféricos	18.897	(4.017)	14.880	22.872
Móveis e utensílios	6.876	(458)	6.418	6.877
	827.662	(4.475)	823.187	5.060.984

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Imobilizado em andamento (i)	5.031.235	-	-	(4.229.346)	801.889
Computadores e periféricos	23.371	-	(4.473)	-	18.897
Móveis e utensílios	6.877	-	-	-	6.877
	5.061.483	-	(4.473)	(4.229.346)	827.662

Depreciação					
(-) Computadores e periféricos	(499)	(3.520)	-	-	(4.019)
(-) Móveis e utensílios	-	(458)	-	-	(458)
	(499)	(3.978)	-	-	(4.475)

Imobilizado líquido	5.060.984	(3.978)	(4.473)	(4.229.346)	823.187
----------------------------	------------------	----------------	----------------	--------------------	----------------

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Custo					
Imobilizado em andamento (i)	-	7.055.551	-	(2.024.316)	5.031.235
Computadores e periféricos	-	23.371	-	-	23.371
Móveis e utensílios	-	6.877	-	-	6.877
	-	7.085.799	-	(2.024.316)	5.061.483

Depreciação					
(-) Computadores e periféricos	-	-	-	-	-
(-) Móveis e utensílios	-	(499)	-	-	(499)
	-	(499)	-	-	(499)

Imobilizado líquido	-	7.085.300	-	(2.024.316)	5.060.984
----------------------------	----------	------------------	----------	--------------------	------------------

- (i) Para melhor apresentação e classificação dos saldos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a transferência de R\$ 4.229.346 (R\$2.024.316 em 2024) do grupo do imobilizado para o grupo de intangível conforme IFRIC 12.

A Administração concluiu que não havia quaisquer indicativos de perda em 31 de dezembro de 2024 que a levasse a realizar o teste de impairment de seu imobilizado.

8. INTANGIVEL

	Custo do bem	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Instalação de Luminárias (i)	8.458.170	(678.672)	7.779.498	2.015.948
	8.458.170	(678.672)	7.779.498	2.015.948

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Instalação de Luminárias (i)	2.024.316	2.204.508	-	4.229.346	8.458.170
	2.024.316	2.204.508	-	4.229.346	8.458.170

Amortização					
(-) Instalação de Luminárias	(8.368)	(670.304)	-	-	(678.672)
	(8.368)	(670.304)	-	-	(678.672)

Intangível líquido	2.015.948	1.534.204	-	4.229.346	7.779.498
---------------------------	------------------	------------------	---	------------------	------------------

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Custo					
Instalação de Luminárias (i)	-	-	-	2.024.316	2.024.316
	-	-	-	2.024.316	2.024.316

Amortização					
(-) Instalação de Luminárias	-	(8.368)	-	-	(8.368)
	-	(8.368)	-	-	(8.368)

Intangível líquido	-	(8.368)	-	2.024.316	2.015.948
---------------------------	---	----------------	---	------------------	------------------

(i) Para melhor apresentação e classificação dos saldos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a transferência de R\$ 4.229.346 (R\$2.024.316 em 2024) do grupo do imobilizado para o grupo de intangível conforme IFRIC 12.

9. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a pagar diversos	18.825	179.986
	18.825	179.986

A Administração entende que o seu saldo de fornecedores possui um rápido giro médio, motivo pelo qual não determina e, conseqüentemente, não registra o ajuste a valor presente desse passivo financeiro.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Férias a e encargos a pagar	45.401	13.253
Salários a Pagar	16.476	27.739
Empréstimo consignado	1.170	-
Encargos sociais	6.538	24.696
	<u>69.585</u>	<u>65.688</u>

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS a pagar	2.549	-
Cofins a pagar	11.763	-
ISS a pagar	8	-
IRPJ a pagar	50.558	90
CSLL a pagar	28.307	281
	<u>93.185</u>	<u>371</u>

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda diferido	157.731	39.479
COFINS diferida	61.389	15.433
Contribuição social diferida	59.663	14.932
PIS diferido	13.301	3.344
ISS diferido	36.429	6.661
	<u>328.513</u>	<u>79.849</u>

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte integrante em demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a Administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados casos com prognóstico de perda possível.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Capital social é representado por 4.110.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, integralmente realizadas, assim distribuídas:

Acionista	Quantidade de Cotas	% Participação
DP barros pavimentação e construção Ltda.	1.370.274	33,34
Ilumitech construtora Ltda.	1.369.863	33,33
Casamax comercial e serviços Ltda.	1.369.863	33,33
	<u>4.110.000</u>	<u>100</u>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas Serviços		
Serviços de Iluminação	5.259.800	514.449
	5.259.800	514.449
(-) Deduções		
COFINS	(150.799)	(15.433)
ISS	(184.093)	(18.006)
PIS	(32.674)	(3.345)
	(367.566)	(36.784)
	4.892.234	477.665

Aumento exponencial da receita devido ao início das operações no primeiro semestre de 2024 com início das cobranças mediante as medições aprovadas em Dez/2024.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com pessoal	(601.184)	
Manutenção e Consumo	(143.942)	
Locação de Máquinas	(340.771)	
Mão de obra terceirizada	(185.434)	
Outros custos	(942.404)	(8.368)
	(2.213.735)	(8.368)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciações e amortizações	(2.848)	(499)
Perda de capital	844	-
Despesas Operacionais	(264.665)	-
	(266.669)	(499)

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	11.536	13.377
	11.536	13.377
Despesas financeiras		
Juros sob Correção Ativo e Passivo	(5.975)	(3.499)
Despesas Bancárias	(19.424)	(1.408)
Juros sob Financiamento Bancário	(1.184)	-
	(26.583)	(4.907)
	(15.047)	8.470

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Bruta	5.259.800	514.449
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	1.643.295	165.915
IRP do Exercício	(384.319)	(39.479)
CSLL do Exercício	(147.896)	(14.932)
Alíquota efetiva	22,21%	11,40%

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo:

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos		
<u>Valor justo por meio do resultado</u>		
Caixa e bancos	185.430	448.012
Contas a receber de clientes	1.977.708	481.386
Partes relacionadas	1.553.008	1.553.008
Outras contas a receber	13.712	803
	<u>3.729.858</u>	<u>2.483.209</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivos		
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	18.825	179.986
Outros contas a pagar	23.048	-
Partes relacionadas	5.505.511	4.777.692
	<u>5.547.384</u>	<u>4.957.678</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

21. SEGUROS

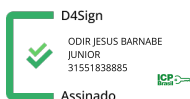
A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país, bem como seguros para seus veículos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 Eventos Subsequente.

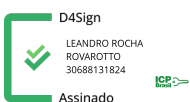
odir.junior@lara.com.br



Odir Jesus Barnabe Junior
ADMINISTRADOR

CPF: 315.518.388-85

leandro.rocha@lara.com.br



LEANDRO ROCHA ROVAROTTO
CONTADOR

CPF: 306.881.318-24

CRC: SP-258907/O-4

DF MAIRIPORA 2025 - Versão final pdf

Código do documento ee5d0880-58a6-44d0-b595-a0ef40f8aac3



Assinaturas



ODIR JESUS BARNABE JUNIOR:31551838885

Certificado Digital

odir.junior@lara.com.br

Assinou



LEANDRO ROCHA ROVAROTTO:30688131824

Certificado Digital

leandro.rovarotto@lara.com.br

Assinou

Eventos do documento

27 Apr 2026, 12:16:31

Documento ee5d0880-58a6-44d0-b595-a0ef40f8aac3 **criado** por SHEILA PEREIRA DA SILVA (947950b1-7bb0-45c8-a3e0-153a141d69bc). Email:contabilidade@lara.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-27T12:16:31-03:00

27 Apr 2026, 12:23:47

Assinaturas **iniciadas** por SHEILA PEREIRA DA SILVA (947950b1-7bb0-45c8-a3e0-153a141d69bc). Email:contabilidade@lara.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-27T12:23:47-03:00

27 Apr 2026, 12:25:54

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LEANDRO ROCHA ROVAROTTO:30688131824 **Assinou**

Email: leandro.rovarotto@lara.com.br. IP: 177.190.194.122 (177-190-194-122.dedicated.ctitel.com.br porta:

28768). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC Certisign RFB G5,CN=LEANDRO ROCHA

ROVAROTTO:30688131824. - DATE_ATOM: 2026-04-27T12:25:54-03:00

27 Apr 2026, 13:00:17

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ODIR JESUS BARNABE JUNIOR:31551838885 **Assinou**

Email: odir.junior@lara.com.br. IP: 177.190.197.53 (177-190-197-53.dedicated.ctitel.com.br porta: 43140). Dados

do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC Certisign RFB G5,CN=ODIR JESUS BARNABE JUNIOR:31551838885. -

DATE_ATOM: 2026-04-27T13:00:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):2e672a18f2895a8d68378c0638bd950eb192597a1a90fce342e4b24f3232d799

(SHA512):175def93e6c8cbea20ddd81e6ea1dafaed4057b9c2087d81ee90bc52c4493e29319c46c1c0b9d6601b67e6c214852a8fc2d5e23b4b5f6be4cbe548bdcd6a642e

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
